

## AVALIAÇÃO

# Goldfajn diz que Brasil caminha para ter juros mais baixos, de forma sustentável

Presidente do Banco Central diz que reforma da Previdência e meta fiscal interferem no cenário

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou ontem, durante entrevista à rádio Jovem Pan, que a reforma da Previdência e a meta fiscal importam para o cenário da instituição, mas que o BC tem se concentrado no médio e no longo prazo.

Questionado a respeito da possibilidade de mudança da meta fiscal do governo para este ano, Ilan Goldfajn afirmou: “Não temos comentado sobre questões de curtíssimo prazo. Temos nos concentrado na ideia de que as contas públicas têm que estar em ordem ao longo do médio e longo prazo. Isso tem a ver com os ajustes fiscais, mas também tem a ver com as reformas que estão aí. Tudo isso junto faz o cenário mais ou menos forte para a economia brasileira e, com isso, o

BC pode chegar mais longe na queda de juros ou não”.

Ao ser questionado se a reforma da Previdência teria mais importância que a questão da meta, Ilan Goldfajn defendeu que ambas importam para a instituição. “É um conjunto. Tudo importa, olhando o futuro, não as mudanças mês a mês”, afirmou.

Ao abordar a recuperação da atividade, ele disse que ainda existe ociosidade de fatores, “o que significa que a economia está fraca ainda, apesar de que ela já está começando a se recuperar”. Ao mesmo tempo, ele afirmou que o emprego ainda precisa se recuperar e que as fábricas têm espaço para produzir. “Portanto, a inflação está num processo de queda”, comentou.

“Ela (inflação) caiu de dois dígitos em 2015 e hoje está perto de 3%. A medida que

a economia vai se recuperar, essa inflação vai subir para em torno de 4%, 4 e pouco no ano que vem, e isso permite que a gente continue esse processo de queda de juros”, pontuou o presidente do BC.

Ilan Goldfajn evitou, no entanto, se comprometer com o ritmo de cortes da Selic. “Quanto que vai ser a cada reunião, a gente só decide na hora. Mas a gente sinalizou que, dependendo das condições da economia, de inflação e atividade, a gente poderia, inclusive, manter o ritmo que vínhamos adotando”, disse o presidente do BC.

Na ata do último encontro do Copom, divulgada na terça-feira, a instituição deixou aberta a possibilidade de novo corte de 1 ponto percentual da Selic. “Mas isso sempre depende das condições da economia, da nossa expecta-

tiva de quanto os juros vão chegar ao final. É uma sinalização de que as coisas estão indo bem, que a inflação está caindo e que vamos continuar fazendo nosso papel”, acrescentou.

Para o presidente do BC, não há risco para a continuidade do processo de baixa da inflação nos próximos anos. “A inflação hoje já está correndo em patamar mais baixo. Falamos de inflação este ano um pouquinho abaixo de 4%. No ano que vem, sobe um pouquinho. Não vejo algum risco em continuar este processo de queda da inflação ao longo dos próximos anos”, disse.

Ilan Goldfajn também citou a perspectiva de alta de 2% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2018. “O que estamos observando é uma recuperação gradual. Portanto, se continuarmos recuperando,

a taxa de crescimento para o ano que vem é 2% ou até mais alta”, disse. “O importante é observar se todo mês temos algum ganho adicional. Tivemos algum ganho de emprego neste último dado. A produção industrial no semestre passado teve uma subida”, citou. “A economia saiu da recessão, se estabilizou e está com recuperação gradual. Este é nosso cenário: estabilização e recuperação gradual.”

Em outro trecho da entrevista, Ilan Goldfajn defendeu a Taxa de longo Prazo (TLP), criada pela medida provisória 777 para substituir, a partir de janeiro, a TJLP nos contratos do BNDES. “O que tentamos fazer é democratizar os juros no Brasil. A taxa do BNDES é mais barata só para alguns, para quem tem acesso. O resto fica com juros muito maior”, disse o presidente do BC. “É

como ir ao cinema com meia entrada ou entrada inteira. Quanto mais barato a meia entrada, mais cara a entrada inteira. Nosso trabalho nessa reforma é democratizar, é ter juro mais baixo para todo mundo.”

O presidente do BC afirmou que é natural que “quem recebe a meia entrada vá reclamar, mas isso faz parte dos ajustes”. “Não há como tentar melhorar a economia, reduzir os juros, aumentar os juros, sem ter algumas reclamações. Mas a maioria silenciosa vai se beneficiar em muito com essa reforma.”

Para Ilan, o Brasil caminha para ter juros mais baixos, de forma sustentável. “Mesmo que tenhamos subidas ou descidas ao longo do tempo, caminhamos para ter uma média de juros mais baixa no futuro do que hoje”, afirmou.

## PARA CUMPRIR PROMESSA

## Meirelles diz que compromisso do governo é meta fiscal de R\$ 139 bi

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reforçou ontem que o compromisso do governo ainda é o de cumprir a meta fiscal de déficit primário de R\$ 139 bilhões para 2017. “É o nosso objetivo”, disse a jornalistas após fazer palestra em evento do Goldman Sachs em São Paulo.

“Estamos analisando quais foram as razões da queda da arrecadação no primeiro trimestre, que gerou essa incerteza em relação à meta”, afirmou o ministro. Uma das causas importantes para a redução da arrecadação do governo, ressaltou ele, foi a diminuição da inflação para abaixo da meta do Banco Central.

A expectativa de que a inflação volte para um nível mais perto da meta do BC em 2018 é um fator que será positivo para a arrecadação, disse Meirelles. Outro fator que contribuiu para a queda das receitas do governo, mas também mostra sinais de estar chegando ao fim, é o da absorção de prejuízos por ban-

cos e empresas por conta da recessão de 2015 e 2016.

“A arrecadação em junho já retomou um pouco e nossa expectativa é que a retomada da arrecadação possa resolver essa questão (de cumprir a meta fiscal)”, afirmou Meirelles. “Mas estamos observando com muito cuidado e muita atenção a evolução da arrecadação para saber se são necessárias medidas adicionais.”

Com relação aos questionamentos de algumas entidades e da própria Justiça sobre a elevação do PIS/Cofins dos combustíveis como uma estratégia para cumprir a meta fiscal de 2017, o ministro ressaltou que é “uma discussão normal”. “O parecer da Advocacia-Geral da União é que neste caso o aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis pode ser feito por decreto”, afirmou.

Meirelles fez palestra para investidores ontem em evento do Goldman Sachs e, segundo ele, prossegue o interesse de se

investir no Brasil. “Essa trajetória toda de reformas cria um ambiente extremamente positivo para o país voltar a crescer e gerar emprego. Isso começa de fato a acontecer.”

No evento, uma das dúvidas dos investidores foi sobre os próximos passos do governo e a expectativa da equipe econômica para o avanço das reformas, segundo contou Meirelles. O ministro falou aos investidores sobre esforço do governo para fazer microrreformas, que reduzem a burocracia e melhoram o ambiente de negócios. “É uma agenda bastante positiva, que mostra nossa disposição de continuar perseguindo essa agenda de reformas.”

Ele minimizou os votos favoráveis à denúncia contra o presidente Michel Temer na sessão da Câmara dos Deputados de quarta-feira e informou que a expectativa do governo é aprovar até outubro a reforma da Previdência e até, no máximo, novembro a reforma tributária.

“A tributária vai depender de ela ser apresentada, mas claramente se espera que seja neste ano (...) A Previdência em outubro e a tributária idealmente até outubro, mas se for novembro também, tudo bem”, afirmou o ministro ao ser questionado sobre o prazo da aprovação das reformas.

O placar da sessão que votou na quarta-feira a denúncia contra Temer, feita pela Procuradoria-Geral da República, mostrou apoio ao presidente suficiente para barrar o processo, mas não o bastante para aprovar matérias que dependem do apoio de dois terços do Congresso, caso da reforma da Previdência.

Meirelles avaliou, porém, que a sinalização dada na quarta pelos deputados não foi “necessariamente negativa”, considerando que a rejeição ao governo não significa falta de apoio às reformas. “Reforma dessas, como a trabalhista ou a da Previdência, não é simplesmente uma questão de quem é a favor

ou contra o governo. Vai além disso. Acreditamos ainda assim na viabilidade da aprovação”, comentou Meirelles, em entrevista à imprensa concedida após participação em evento do Goldman Sachs na capital paulista.

Segundo ele, a expectativa é que a reforma da Previdência seja votada antes da tributária. Ele ponderou, contudo, que o governo está trabalhando duro na reforma tributária, que será apresentada ao Congresso em breve. “Se até lá a Previdência não tiver sido votada, a gente pode perfeitamente votar a tributária primeiro”, informou.

Questionado se haverá mais concessões na reforma que muda as aposentadorias, Meirelles respondeu que o relatório aprovado pela comissão especial da Câmara, que já reduziu em 25% a economia prevista na proposta original encaminhada pelo Executivo, está “a princípio” adequado. “Acreditamos que funciona, mas não há muita margem para baixar isso”.

## FOMENTO

## BNDES poderá liberar R\$ 10 bi para capital de giro em 2017

Com avanços tecnológicos na integração com o sistema de instituições financeiras repassadoras e uma tendência de estabilização na economia, o Progeren, linha de crédito para capital de giro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), poderá liberar cerca de R\$ 10 bilhões neste ano, estimou o diretor da Área de Operações Indiretas da instituição de fomento, Ricardo Ramos.

No primeiro semestre, o BNDES desembolsou R\$ 3,6 bilhões em empréstimos do Progeren. Segundo Ramos, no próximo dia 28, a linha será incluída na nova plataforma de comunicação com a rede de bancos repassadores, num sistema “machine to machine”, que tende a tornar mais rápida a aprovação das operações.

Segundo Ramos, a maior agilidade nas aprovações dos empréstimos pode ajudar na expansão dos desembolsos do Progeren. “A gente chega, com alguma certeza, com uma expectativa boa, a R\$ 10 bilhões (em desembolsos no Progeren)”, afirmou Ramos, após participar de um seminário sobre finanças verdes, no Rio.

Ainda na agenda de agilizar o crédito para empresas de menor porte, Ramos confirmou que o Cartão BNDES Agro será lançado na próxima Expointer, ainda este mês. O cartão, nos moldes do Cartão BNDES, modalidade de crédito pré-aprovado para pequenas empresas, será voltado para pessoas físicas, clientes do banco de fomento nos financiamentos do Pronaf, crédito para pequenos agricultores com subsídios federais.

O diretor afirmou ainda que espera uma recuperação nas liberações da Finame, a linha de crédito para a compra de bens de capital. Como as aprovações de operações da Finame no primeiro semestre subiram cerca de 40% ante igual período de 2016, Ramos prevê que os desembolsos dessa linha neste ano superem os R\$ 10,6 bilhões liberados no ano passado.

## CNI

## Medo do desemprego sobe para 66,1 pontos em julho

Os brasileiros continuam com muito medo de serem afetados pelo desemprego e com baixa satisfação com a vida, informou ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice do medo do desemprego subiu para 66,1 pontos em julho deste ano.

O valor é 1,8 ponto superior ao registrado em março e está 17,3 pontos acima da média histórica que é de 48,8 pontos. Em comparação com junho de 2016, o índice caiu 1,8 ponto. Os dados são da pesquisa Índices de Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida.

Segundo a CNI, com o agravamento da crise política entre março e julho, pioraram as expectativas da população sobre o desempenho da economia; e a per-

cepção é que a recuperação vai demorar ainda mais. “Os brasileiros continuam com muito medo de serem afetados pelo desemprego”, informou a entidade.

O medo do desemprego é maior na região Nordeste, onde o índice alcançou 68,3 pontos. Mas foi no Norte/Centro-Oeste que a preocupação aumentou mais nos últimos três meses. Naquela região, o indicador subiu para 66,9 pontos em julho e está 9,7 pontos acima do verificado em março. No Sudeste o índice é de 67,9 pontos e no Sul, de 56,7.

O índice de satisfação permanece como um dos menores valores da série histórica, segundo a CNI. Ele teve um leve aumento de 0,3 ponto em julho, frente a

março, e ficou em 65,9 pontos. O valor é inferior à média histórica de 66,9 pontos. Em relação a junho de 2016, o índice de satisfação com a vida subiu 1,4 ponto.

A satisfação com a vida é maior na Região Sul, onde o indicador é de 68,9 pontos. Em seguida, vem o Nordeste com 66,5 pontos. Entretanto, na comparação com o junho do ano passado, esta é a única região que apresenta queda na satisfação com a vida. Na Região Norte/Centro-Oeste o índice é de 65,6 e no Sudeste, de 64,7 pontos.

Esta edição da pesquisa ouviu 2 mil pessoas em 125 municípios entre os dias 13 e 16 de julho. A pesquisa Índices de Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida está disponível na página de estatísticas da CNI.





**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

**PERTO DE VOCÊ**


**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES**

**AVISO**

Modalidade de Licitação: Concorrência Nacional - CN Nº 202/2017.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA (GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL), VISANDO ACRESCENTAR MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CEDAE A SER EXECUTADO NA FORMA INDIRETA POR PESSOA JURÍDICA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

A Assessoria de Licitações comunica que se encontra à disposição dos interessados, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655/Térreo, Cidade Nova - RJ ou no endereço eletrônico [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao) a Errata nº 01 com as alterações processadas no edital da Concorrência Nacional em epígrafe.



**SOCINPRO - SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
ADMINISTRAÇÃO E PROTEÇÃO DE DIREITOS INTELECTUAIS**

CNPJ Nº 33.748.146/0001-79

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

Convocamos os Senhores associados a comparecerem à sede da SOCINPRO, na Avenida Presidente Wilson, nº 210, 9º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto de 2017, às 14h30 em primeira e 15h30 em segunda convocação, para nos termos dos artigos 22 e 24 do Estatuto Social, participarem da REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL: 1) Decidir sobre alterações dos Artigos 39, 40 e 41 do Estatuto Social (poderes para o exercício de atos de gestão pela Diretoria Executiva, pelo Superintendente Executivo e Procuradores da Entidade de modo a se adequar a procedimentos bancários). Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2017. **Jorge de Souza Costa** - Diretor-Geral.